

# Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 4, Número 2, Jul.-Dez. 2015

## UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO PARAMÉTRICO NO PORTUGUÊS: FATOS SÓCIO-HISTÓRICOS



## TOWARDS A PARAMETRIC CONTINUUM PROPOSAL IN PORTUGUESE: SOCIO-HISTORICAL FACTS

Daniel CARVALHO  
Ícaro Bismarck LOPES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)  
RECEBIDO EM 06/05/2016 • APROVADO EM 23/10/2016

---

### Abstract

---

The present study aims to describe a possible *continuum* of gender variation of the Creole spoken in Cape Verde to the Portuguese currently spoken in Brazil, both in the urban and in the rural Afro-descendant communities of Muquém (located in Alagoas, more specifically in União dos Palmares, considered the birthplace of the Quilombo dos Palmares and an important moment in the history of Brazil), and Helvécia (located in Nova Viçosa, in the microregion of Porto Seguro, southern Bahia). With this comparison verifies the similarities and differences with gender marking, establishing parallels between processes of morphosyntax change in these communities, which have undergone a broad and deep language contact in their history. To do so, firstly, it is a socio-historical review of the aforementioned communities in order to build this *continuum* of gender marking.

---

## Resumo

---

O presente estudo visa descrever um possível contínuo de variação de gênero do crioulo falado em Cabo Verde ao português falado atualmente no Brasil, tanto na zona urbana, quanto nas comunidades rurais afrodescendentes de Muquém (situada em Alagoas, mais especificamente em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil), e de Helvécia (localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia). Com essa comparação, verificaram-se as semelhanças e diferenças na marcação do gênero, estabelecendo paralelos entre processos de mudança na morfossintaxe nessas comunidades que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história.

---

## Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Agreement. Gender. Continuous. Contact.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concordância. Gênero. Contínuo. Contato.

---

## Texto integral

---

### APRESENTAÇÃO

No panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial as comunidades afro-brasileiras que até hoje se conservam numa situação de relativo isolamento. Em sua maioria, essas comunidades se originaram em antigos quilombos ou em populações de negros escravizados que receberam doações de terra, com o colapso dos empreendimentos agro-exportadores escravagistas. Do ponto de vista etnolinguístico, essas comunidades devem a sua importância ao fato de terem constituído o principal foco de possíveis processos de crioulição ocorridos na história linguística do país e/ou de conservação de falares africanos, como apontado por Lucchesi (2000, p.74).

Para este autor, a nativização do português entre os descendentes dos escravos africanos é determinante na história sociolinguística dessas comunidades. Os escravos vindos da África tiveram de aprender o português como língua segunda (doravante L2) em condições bastante adversas, no ambiente de trabalho forçado, seja nas lavouras ou nas minas. Já aqueles que nasciam no Brasil e, em muitos casos, eram filhos de pais falantes de línguas africanas distintas e mutuamente ininteligíveis, adquiririam o português como língua materna a partir do modelo do português falado como L2 pelos adultos. Segundo Lucchesi (2009, p.75), esse processo de nativização de um modelo defectivo de L2 teria dado origem a uma variedade linguística do português bastante distinta do português falado pelos colonos e seus descendentes. Ainda, tendo em vista o isolamento em que essas comunidades se conservaram no interior do Brasil até pelo menos a primeira metade do século XX, essa variedade deveras modificada do português foi

sendo passada de geração para geração sem maiores alterações, até sofrer a crescente influência do português urbano culto a partir das últimas décadas do século XX. E é justamente essa influência que se reflete nos padrões de variação e mudança linguísticas em curso hoje nessas comunidades e que parecem estar sendo perdidos no português urbano falado hoje no Brasil, como ficará evidente nas próximas seções do presente trabalho.

Assim, ainda segundo Lucchesi, existem duas razões cruciais para se estudar comunidades rurais afro-descendentes. Primeiramente, porque estas oferecem indícios acerca da intensidade dos processos de crioulição ocorridos no Brasil no período de colonização e de formação de sua língua nativa. Segundo, o estudo dessas comunidades permite o estabelecimento de uma relação empiricamente motivada entre o processo de Transmissão Linguística Irregular (doravante TLI) e algumas das características atuais das variedades populares do português do Brasil.

Partindo desses pressupostos, este artigo apresenta uma descrição do cenário sócio-histórico no qual as reflexões sobre quatro comunidades distintas foram desenvolvidas, a saber: a comunidade afrodescendente de Helvécia-BA; a comunidade afrodescendente de Muquém-AL; a cidade de Salvador-BA, representando a primeira capital do Brasil; e o arquipélago de Cabo Verde, na África, que servirá de exemplo para ilustrar a semelhanças e diferenças nos processos de TLI presentes lá no continente africano e nos que ocorreram aqui no nosso país. Nesses panoramas sócio-históricos, recebem especial atenção os diversos grupos populacionais que participaram na evolução destas colônias, todas mantidas sob o domínio de Portugal e de sua língua. Com a análise dos dados demográficos destas comunidades, espera-se lançar alguma luz sobre a gênese do desenvolvimento do português falado por seus moradores e descendentes, cujas origens ainda são tema de muita controvérsia.

## **1. AS COMUNIDADES**

### **1.1 A HELVETIA**

A província de Helvécia está situada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, na mesorregião do sul do Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE 2010, o número da população subiu para 38.556 habitantes, com cerca de 33.526 pessoas vivendo na área urbana, o que corresponde a 87% da população, e 5.030 vivendo na área rural, o que corresponde a mais ou menos 13% da população. Desse total de habitantes, 28.559 eram alfabetizados, correspondendo a uma taxa de setenta e quatro por cento, sendo 25.239 de alfabetizados na zona urbana e 3.320 de alfabetizados na zona rural. (IBGE CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Outra característica marcante presente nas comunidades afrodescendentes é o seu relativo isolamento. O acesso à província de Helvécia, bem como à sede do Município de Nova Viçosa, era feito, em 1994, por uma estrada de terra batida, a partir da BR 101. O hábito de ouvir rádio e ver televisão se difundiu bastante, sobretudo entre os mais jovens. Muitas famílias possuíam seu próprio aparelho de

televisão, os demais contavam com o aparelho que era ligado na praça pública ao entardecer. Nos últimos anos, destacou-se também a ação de outras tecnologias, sobretudo da internet, uma vez que esse parece ser um serviço que atingiu (e atinge) os habitantes do Brasil quase em sua totalidade.

A origem da comunidade de Helvécia se dá na antiga Colônia Leopoldina, uma colônia suíço-alemã estabelecida em 1818 e que prosperou até a abolição da escravidão, em 1888, dependendo da mão de obra escrava para o cultivo do café. Em 1858, segundo testemunho do médico da colônia, havia uma população composta de 200 brancos, principalmente de origem suíça e alemã, com alguns franceses e brasileiros e 2000 negros, na maior parte nascidos na própria colônia (FERREIRA, 1984). Autores como Zimmerman (1999) e Baxter e Lucchesi (1999) têm comentado que o exemplo de Helvécia é especial pelo fato de os senhores serem, na sua maioria, estrangeiros e, portanto, não tinham o português como língua materna. Outro fator que pode-se destacar é o fato de a comunidade de ex-escravos da Colônia Leopoldina ter se fixado na região da própria colônia, numa situação de relativo isolamento, e não se ter dispersado tanto quanto outras populações de ex-escravos após a abolição.

Segundo Baxter e Lucchesi (1999), relativamente ao período anterior a 1850, o ano da lei Eusébio de Queiroz que proibiu definitivamente a importação de escravos, há informações pertinentes quanto à proporção de escravos para livres. Assim, em 1848 essa proporção era de 10 para 1, embora a proporção nas fazendas com grandes números de escravos fosse bastante superior a esta. No estabelecimento do Sr. João Martinus Flach, de origem suíça, por exemplo, a proporção era de 24 para 1, e havia 108 escravos. De acordo com o mesmo estudo, no período anterior a 1830, a situação seria semelhante.

Em tais circunstâncias, é evidente que o acesso que a criança escrava teria a modelos de falantes nativos do português seria mínimo. Mesmo o contato com o português falado como língua segunda (L2) dos senhores estrangeiros teria sido precário nas fazendas, em função do elevado número de escravos. Cabe também salientar que a grande maioria dos escravos nestas fazendas eram escravos de lavoura. De acordo com Lucchesi (2000), as listas de escravos de 1854 a 1882 manifestam uma média de 92% de escravos de lavoura, de maneira que se pode supor que o contato que o negro escravizado teria com modelos de português falado como língua materna seria mínimo. Os dados linguísticos primários a que a criança escrava teria acesso para a aquisição da língua materna seriam os modelos falados por outros escravos.

Assim, a partir da análise dos dados históricos disponíveis, pode-se pensar que a grande proporção de escravos em relação aos falantes nativos de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos modelos de português falado como língua materna no processo de aquisição da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que o português transmitido para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes na região de Helvécia tenha passado por profundas alterações em sua estrutura decorrentes desse processo defectivo de aquisição.

Lucchesi (2000) aponta estruturas variáveis decorrentes de processos anteriores de perda de substância gramatical típicos do contato entre línguas. Seja no plano do Sintagma Nominal, como o uso variável do artigo definido, seja no

plano da morfologia verbal, o dialeto apresenta uma variação na marcação de número e pessoa que chega a atingir a primeira pessoa do singular, além, por exemplo, de um uso instável dos morfemas modo-temporais. Essas ocorrências podem ser vistas nos exemplos a seguir:

(1) Uso variável na marcação de gênero

Ex.: E **no** **radia** falava, né? (radia no lugar de rádio); Tudo é esse mesmo **estação** (Tudo é essa mesma estação); opero no perna e tudo (operou na perna e tudo); Meu saúde não ta boa (Minha saúde não ta boa).

(2) Uso variável do artigo definido

Ex.: eu sô fia **de** lugá (eu sou filha do/deste lugar).

(3) Uso de formas do presente utilizadas para expressar ações e estados do passado

Ex.: A veia Verônica não **é** mãe dela (A velha Verônica não era mãe dela).

(4) Uso de formas finitas em contexto de formas no infinitivo

Ex.: Ele não pode **vai** lá não (Ele não pode ir lá); Eu **comê** só uma vez (Eu comi só uma vez).

(5) Redução da concordância verbal que atinge as pessoas do verbo, inclusive a primeira do singular.

Ex.: **Eu vai** planejando assim mehmo (Eu vou planejando assim mesmo).

Uma das consequências mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular desencadeado a partir do contato abrupto e massivo entre línguas é a variação/eliminação do uso de partículas gramaticais (artigos, morfemas flexionais, preposições, por exemplo). Os dados sócio-históricos da comunidade de fala de Helvécia-BA fornecem evidências que nos permitem relacionar os fatos dessa natureza apresentados nos exemplos acima com o processo massivo, defectivo e não normatizado de aquisição do português por parte dos escravos africanos trazidos para a Colônia Leopoldina e seus descendentes crioulos.

Dessa forma, para além do difícil acesso a modelos do português falado como língua materna, vale destacar ainda que todo esse processo de aquisição se deu sem interferência de nenhum referencial normatizador, uma vez que o seu objetivo inicial era o de garantir a comunicação emergencial e imperativa entre senhores e seus escravos. E mesmo quando o português acabou prevalecendo sobre as línguas africanas entre a população de escravos e seus descendentes, esse processo de expansão funcional da língua se implementou independentemente de qualquer ação normatizadora, criando condições extremamente favoráveis à fixação de estruturas defectivas. Essa variedade de português foi sendo transmitida de geração em geração sem qualquer influência normatizadora relevante, em função do isolamento e do abandono da população de Helvécia no que tange a políticas públicas nacionais até meados da década de 1960. A partir de então, a abertura de rodovias, a expansão do sistema de educação pública e a influência dos meios de comunicação de massa e de novas tecnologias cada vez mais presentes têm alterado essa situação, integrando o dialeto de Helvécia na tendência geral de mudança observada entre as variedades populares e rurais do português do Brasil.

## 1.2 MÚQUEN

Segundo dados do IBGE, na comunidade quilombola Muquém há um total de 80 domicílios e uma população formada por cerca de 229 habitantes aglomerados. Está localizada a 5 km do Município de União dos Palmares, sendo uma área de difícil acesso onde não há transporte coletivo regular, transporte esse que é feito através de carroças ou mesmo a pé, uma vez que a comunidade não está servida por uma estrada asfaltada. Outro fator que agrava ainda mais o acesso à comunidade e, por vezes, acarreta o isolamento deste povoado é que, como a comunidade fica às margens de um rio, nas épocas de chuva a estrada fica totalmente alagada, impossibilitando a entrada ou saída da comunidade.

Economicamente, a população sobrevive do corte da cana de açúcar, da agricultura e pecuária de subsistência, além da produção de cerâmica utilitária e decorativa, atividades que são compreendidas, inclusive por historiadores, como sendo típica dos antigos moradores do Quilombo dos Palmares (SALGADO, 2010, p.65).

Com relação à educação, existe apenas uma escola de ensino fundamental, chamada de “Pedro Pereira da Silva”, que dispõe apenas de uma sala de aula para as séries iniciais do ensino fundamental, empregando o sistema multisseriado (as quatro séries iniciais todas juntas com uma única professora). Para as demais séries, os moradores acabam sendo obrigados a buscar escolas em municípios vizinhos, principalmente em União dos Palmares. A esta escola, também têm acesso os moradores mais velhos da comunidade, por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do programa Brasil Alfabetizado.

Assim como em outras regiões do país, o contato entre diversos povos também se fez constante em Alagoas. Historiadores apontam a existência de nativos de diversas origens, como índios caetés, de africanos e afrodescendentes escravizados, assim como também de origem europeia como, por exemplo, portugueses, franceses e holandeses.

Segundo Altavila (1988), a conquista por parte dos portugueses do território alagoano se deu em meados do século XVI. De acordo com esse mesmo autor, Tomás do Bonfim Espíndola marcou, entre 1522 e 1525, essa primeira incursão no território por meio do rio São Francisco, da qual resultou a fundação de Penedo<sup>1</sup>.

Com relação à invasão e dominação europeia, os franceses estiveram na região por volta de 1555, atraídos pelo pau-brasil. Já os holandeses estabeleceram uma dominação na capitania de Pernambuco de 1630 a 1654. No território de Alagoas, a ação europeia ocorreu principalmente em Porto Calvo que, apesar de existir desde o século XVI, só seria de fato fundada em 1636.

Foi exatamente nesse período de invasão por parte dos holandeses que os primeiros quilombos foram surgindo, se multiplicando. Essa situação acabou trazendo para os quilombos um caráter de ameaça à chamada ordem colonial, fato que atrapalhou os objetivos da expansão do colonialismo em Pernambuco. (SALGADO, 2010, p.54).

De acordo com Freitas (2004, p.135), agentes da coroa em Pernambuco objetivavam destruir os quilombos e povoar a região da Zona da Mata, uma vez que havia uma necessidade de expansão territorial para dar continuidade às práticas agrícolas e à criação de animais. Para que isso acontecesse, os agentes ofereceram

terras como forma de incentivo ao povoamento e à destruição dos quilombos. Porém, apesar das insistentes investidas portuguesas, os quilombos permaneciam resistentes. Sendo assim, os agentes de coroa tiveram que recorrer às ações do famoso bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, bandeirante muito conhecido por caçar e prender índios.

Enquanto haviam as últimas investidas para derrubada dos quilombos e no período de destruição destes, os negros capturados de Palmares foram enviados, em grande parte, para o Rio de Janeiro ou para fora do Brasil, de modo a evitar que eles fugissem novamente para os quilombos e levassem outros escravos com eles. Infelizmente não se sabe o número dos que conseguiram se livrar da captura, além de não ser de conhecimento também quantos destes permaneceram em Palmares.

Deve-se destacar que, assim como em outras áreas do Brasil, provavelmente, já havia presença de indígenas na região que hoje se encontra União dos Palmares antes mesmo da vinda dos colonizadores e dos escravos. Estes últimos, possivelmente, teriam recebido o apoio dos índios para a construção dos quilombos.

Seguindo esse pensamento, pode-se deduzir também que, uma vez que pertence à União dos Palmares, o território atual da comunidade de Muquém poderia ter sido habitado por indígenas, africanos, mestiços, além de europeus de origem portuguesa, francesa e holandesa.

Um dos fatos mais significativos da história do estado, e também da história do país, é o que se refere ao Quilombo dos Palmares. Segundo dados históricos, havia em Alagoas diversos quilombos, mas certamente o de Palmares foi o que mais alcançou repercussão. Sua formação ocorreu na Serra da Barriga, região do atual município de União dos Palmares e, embora a história desse quilombo ainda esteja longe de ser conhecida, algumas informações podem ser encontradas em documentos antigos escritos por holandeses e portugueses sobre os combates contra os quilombolas palmarinos. Muitos desses documentos foram recuperados e podem ser encontrados em Freitas (2004). Contudo boa parte das informações encontradas está limitada a dados de cunho militar e sob o ponto de vista unitário daqueles que eram inimigos do quilombo.

De acordo com Funari (1996), muitos dos negros fugidos iam para os quilombos a fim de escapar dos maus tratos de seus capatazes. Nos quilombos, eles viviam um meio de refúgio, de protesto contra as violências sofridas e também uma oportunidade de união. Um dos fatores que pode ser considerado como diretamente relacionado a esse longo período de resistência é a geografia da região. O município de União dos Palmares está localizado na zona da mata e apresenta um terreno acidentado. A mata densa e as grandes serras auxiliavam a defesa dos habitantes de Palmares em relação aos violentos ataques que objetivavam destruir os quilombos.

De acordo com Salgado (2010), o Quilombo dos Palmares era formado por diversos sub-quilombos habitados por pessoas das mais diversas origens, como negros africanos, índios e até por brancos, estes últimos geralmente eram perseguidos, como judeus, mouros, bruxas, ladrões, por exemplo, e também de refugiavam nos quilombos. Conforme aponta o estudo já citado de Funari (1996, p.40), foram encontrados, na Serra da Barriga, vestígios relacionados, principalmente, a objetos feitos manualmente oriundos das culturas lá existentes,

como, por exemplo, machado lítico e vaso de cerâmica. Outro fator que ainda merece destaque é que aqueles que conseguiam destruir parte dos quilombos ficavam impressionados quando viam os mesmos quilombos novamente habitados pouco tempo depois (ALTAVILA, 1988, p.39).

Tendo em vista que as informações gerais sobre o quilombo são incompletas, o que se pode então pensar a respeito da língua? Por conta dessa diversidade cultural e linguística apontada no decorrer de nossa discussão, estudiosos como Funari (1996), por exemplo, acreditam que a língua falada nos quilombos não seria uma língua africana:

Não sabemos que língua se falava em Palmares [...]. Aparentemente, contudo, os palmarinos, como população de origem variada, congregando africanos de diferentes tribos, índios e europeus, deveriam usar uma espécie de língua comum, não necessariamente como base banto. (FUNARI, 1996, p.49)

Sobre essa questão da língua, também se encontra discussão em Price (1996), ao afirmar que "a língua falada pelos palmarinos, de acordo com o que li, era um tipo de português misturado, com elementos africanos, mas diferente o suficiente para que outros brasileiros não o entendessem." (PRICE, 1996, p.58)

Como mostram os estudos históricos mencionados anteriormente, a Serra da Barriga e áreas próximas ainda apresentam indícios da existência dos quilombos. A comunidade Muquém apresenta um autorreconhecimento de sua descendência quilombola e inclusive ainda realiza atividades que estão diretamente ligadas às práticas quilombolas, como a produção de cerâmica, por exemplo. Assim, defende-se aqui a ideia de que de que a língua falada nessa comunidade também pode apresentar características advindas desses quilombos. Segundo Cunha (2003, p.03), entre as marcas linguísticas características de comunidades rurais descendentes de africanos estão: perda ou variação de formas flexionais, além também de perda de concordância de gênero e número. Estas marcas podem ser vistas na fala dos moradores de Muquém, ilustrados nos exemplos abaixo, retirados de Moura (2009 *apud* SALGADO, 2010, p.68):

(9) Variação na Marca de número:

Ex: *As casa era cortada; Quando nós era criança; otros é cadastrado; os povo que são empregado do governo;*

(10) Variação na Marca de gênero:

Ex: *era do outra banda; Aquele pessoa; a última dia dos leilões; foi a cheia maior que foi visto na minha vida;*

Para Pessoa de Castro (2005), a perda de concordância de gênero e número pode ter sido originada pelos africanos e seus descendentes, uma vez que, nas estruturas das línguas africanas do tranco chamado banto, grupo este de maior número durante o período escravista no Brasil, o plural dos nomes é feito por meio de prefixação e a marca de gênero é desconhecida.

Partindo de pressupostos teóricos embasados em Hudson (1980), Bickerton (1988) e Holm (1988), Lucchesi afirma que:



[...] é natural que os mecanismos sintáticos de concordância de número e gênero, bem como da concordância verbal, se percam nos processos de transmissão linguística irregular, em que as estruturas gramaticais redundantes e de sentido referencial menor ou nulo tendem a se perder, na medida em que a interação verbal fica reduzida praticamente à função comunicativa da língua. (LUCCHESI, 2000, p. 18).

Ou seja, para eles a redução das marcas flexionais e a variação de concordância são derivadas do contato entre línguas. Sendo assim, é possível dizer que os moradores de Muquém apresentam esses tipos de variação, como comprovados em alguns estudos (cf. SANTOS, 2004; SALGADO, 2009; e BISMARCK LOPES, 2011).

### 1.3 SALVADOR

Fundada com o nome de São Salvador da Bahia de todos os Santos, a cidade de Salvador é um município brasileiro capital do estado da Bahia. Seus habitantes são chamados de soteropolitanos, denominação criada a partir da tradução do nome da cidade para o grego *Soterópolis*, que significa “cidade de Salvador”.

Segundo dados do IBGE 2010, a primeira capital do Brasil é hoje uma metrópole com mais de 2,6 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso da região Nordeste, o terceiro mais populoso do Brasil e o oitavo mais populoso da América Latina, ficando atrás apenas de São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Lima, Bogotá, Rio de Janeiro e Santiago, respectivamente.

Salvador é também o centro da cultura afro-brasileira e a maior parte da população é negra ou parda. Segundo dados divulgados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios) de 2005 para a região metropolitana da cidade, 54,9% da população é de cor parda, 26% negra, 18,3% branca e 0,7% amarela ou indígena. É tida ainda como o município com o maior número de descendentes de africanos no mundo, seguida por Nova York, majoritariamente de origem iorubá, vindos, principalmente, da Nigéria, Togo, Benim e Gana. Um estudo genético realizado na população de Salvador confirmou que a maior contribuição genética da cidade é a africana (49,2%), seguida pela europeia (36,3%) e indígena (14,5%). O estudo também concluiu que indivíduos que possuem sobrenome com conotação religiosa tendem a ter maior grau de ancestralidade africana (54,9%) e a pertencer a classes sociais menos favorecidas.

De acordo com registros de autores como Lobo (2000), por exemplo, os portugueses chegados à Bahia, no século XIX, eram de regiões diversas de Portugal e vinham, em sua maioria, de ocupações deveras simples. Assim, esses dados nos leva a supor que a língua que foi transplantada para o Brasil foi a das camadas mais populares, provavelmente marcada por significantes diversidades diatópicas. Ainda segundo esse estudo, a maioria dos imigrantes portugueses em Salvador, entre 1852 e o ano de 1889 tinham entre 9 e 25 anos. Essa população, por ser bastante jovem, chega com uma enorme propensão ainda para a incorporação de dados do contexto linguístico ao conhecimento que eles traziam de sua língua

materna (LOPES, 2001, p.63).

A cidade de Salvador, além dos portugueses, contou principalmente com uma grande parcela de negros para a formação de sua população. Hoje, a cidade é tida como referência pelas pessoas como um exemplo de mistura racial no país, fato evidente na diversidade de traços que podem ser encontrados na composição física variada da população. Se por um lado o negro permaneceu forte na composição da cidade, o mesmo não se pode dizer do indígena, que, como foi comentado na seção anterior sobre a comunidade afrodescendente de Muquém, sofreu extermínio na época da colonização e os que sobreviveram desertaram para as matas.

Viana Filho (1988) afirma que os negros que vieram para a Bahia eram, em sua maioria, procedentes de grupos sudaneses e banto e que, em 1775, estes negros e seus descendentes constituíam a incontestável maioria da população, uma vez que, de um total de 33.686 habitantes, Salvador tinha 10.720 brancos, contra 4.324 pardos e 18.338 negros.

Em seu estudo, Mattoso (1992), a fim de entender a distribuição dos diversos tipos raciais na população da cidade, faz referência a dois recenseamentos realizados em Salvador, um de 1808 e outro de 1872. Em 1808, no que se refere a população livre, os percentuais eram os seguintes: 20,4% de brancos, 1,3% de índios e caboclos e 43% de negros e mulatos, ao passo que, para a população escrava, o percentual era de 35,3% de negros e mulatos. Já no ano de 1872, no que tange a população livre, 24% eram brancos, 3,6% eram índios e caboclos, e 60,2% eram negros e mulatos, enquanto que, na população escrava o percentual era de 12,2% de negros e mulatos.

A autora observa que, mesmo havendo grande imigração portuguesa nesse intervalo de quase setenta anos que separa os dois recenseamentos, os brancos continuam sendo minoria, não chegando a representar nem um terço da população da cidade. Em contrapartida, o número de mulatos vem para ilustrar que a miscigenação atuou, nesse período, de maneira forte, tanto que os mulatos passaram a representar quase metade da população. Assim, como a mistura racial é quase sempre acompanhada de mistura cultural, a cidade tornava-se cada vez mais miscigenada em todos os aspectos (LOPES, 2001, p.64-65).

Mattoso (1992, p.596-598) caracteriza a sociedade de Salvador, entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, como estratificada em quatro grupos sociais distintos. O primeiro seria representado por altos funcionários graduados da administração real, oficiais de títulos mais elevados, o clero, grandes negociantes, proprietários de terra, senhores do engenho, ou seja, a elite da época. A segunda camada da estratificação era configurada por funcionários do nível médio, oficiais de nível médio, membros do baixo clero, representantes das casas portuguesas, comerciantes de mercadorias importadas, profissionais liberais (como médicos, por exemplo), os que viviam de rendas, ou seja, o que hoje se chamaria de classe média. Pertenceriam ao terceiro nível da divisão os funcionários de baixo escalão, os profissionais liberais secundários (como barbeiros, por exemplo), os artesãos, comerciantes de frutas e/ou verduras, os ambulantes, os pescadores etc. Finalmente, na última parcela estariam os escravos, vagabundos, mendigos, ou seja, os marginalizados da sociedade, que formavam a maioria da população.

Ainda de acordo com informações dessa autora, as famílias não tinham muitos filhos, geralmente entre um e quatro filhos, e apenas as mais abastadas tinham um número maior de herdeiros. Aos escravos e aos seus filhos, o acesso à escola era vedado. Mattoso (1992, p.211) registra que, em 1872, apenas 37% da população geral era alfabetizada, e os homens eram mais que as mulheres, num percentual de 43% para eles e 30% para elas.

Segundo Lopes (2001, p.66), até o século XIX, havia imprecisão a respeito da área de Salvador, não se sabendo até onde iria a zona urbana e onde se iniciava a zona rural, mas segundo Mattoso (1988, p.26-28), a zona urbana da cidade seria formada por onze paróquias. São eles: Sé, São Pedro, Santana, Conceição da Praia, Vitória, Passo, Pilar, Santo Antônio Além do Carmo, Brotas, Mares e Penha.

Nesse período, em Salvador, os escravos e ex-escravos estavam em parte, mas o número médio de escravos entre os bairros variava. Os distritos em que havia maior concentração de escravos eram Sé, São Pedro e Vitória, enquanto que os distritos de Santana, Brotas e Passo se destacavam por possuírem um número médio de escravos muito baixo. Segundo pesquisa referida em Mattoso (1988), a partir de testamentos e inventários, é importante atentar-se que os escravos libertos em Salvador eram, sem sua maioria, africanos, não crioulos, ou seja, não eram negros nascidos no Brasil. Eles já vieram para o Brasil com a língua materna e apreenderam o português como L2, e era exatamente essa segunda língua que era usada e transmitida para seus descendentes por sucessivas gerações.

Consoante Mattoso (1992, p.164), havia uma preferência entre os escravos a escolha de parceiros da mesma origem, raramente havia união entre africanos e crioulos ou mulatos, mantendo-se muitas vezes também rivalidades pré-existentes entre as nações da África. Dessa forma, o mais comum era haver uniões de brasileiros com brasileiros, quase nunca alforriados com escravo ou vice-versa.

No que diz respeito ao número de filhos desses escravos, a autora chegou aos seguintes dados do recenseamento de 1872: 56 crianças nasceriam de mãe branca e 167 crianças teriam nascido de mães africanas de diversas origens. Esses dados auxiliam no entendimento do contexto linguístico a que as crianças estavam sujeitas no referido período. Eles indicam que a maioria delas tinha acesso a um português utilizado por falantes nativos de outra língua, fora que estes dados fortalecem a hipótese de que a maioria dos descendentes de escravos de Salvador pode ter tido como dados primários para a sua aquisição não o português europeu, mas sim um outro distinto apreendido com falantes do português como L2, já com interferências do contato entre línguas.

Tendo em vista estas circunstâncias, Ribeiro (1995) comenta que:

[a] primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani. (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Segundo Mattoso (1992, p.592-595), nas plantações de fumo havia uma estrutura social bem mais simples em relação à dos engenhos, caracterizada por um pequeno número de escravos que trabalhavam numa plantação e por haver uma aproximação maior entre os senhores e seus escravos. Essa informação nos ajuda a concluir, nestes contextos, o acesso dos africanos ao português acabou sendo maior do que comparado a outros tipos de cultura, em que o distanciamento entre o escravo e seu senhor era maior.

De acordo com Lopes (2001, p.72), após a abolição, ocorreu uma ida em massa de grande parcela dos escravos da zona rural, sobretudo para a zona urbana, em busca de trabalho. Assim, a cidade de Salvador, como todos os centros urbanos, passou a conviver com um número elevado de ex-escravos vindos da zona rural e, pelo fato de estar próximo, possivelmente recebeu também os ex-escravos das fazendas do Recôncavo Baiano. Nesse período, os negros urbanos e a população branca e mestiça passariam a conviver com aqueles negros que viviam na área rural.

Sobre esse contexto, Ribeiro (1995, p.194) comenta que, após a abolição, os negros com oportunidade de ir e vir encheram as cidades do Rio de Janeiro e Salvador de núcleos chamados africanos, que se desdobraram, segundo a autora, nas favelas de hoje. Ainda segundo esse estudo, o “negro urbano” se formou sobre precárias bases, a partir de uma mistura com o negro rural que chegavam à capital da Bahia transladado nas favelas, tendo que aprender os modos de vida da cidade, onde não poderia exercer as atividades costumeiras de outrora, principalmente o plantio de frutas e legumes e nem cuidar do gado. Afortunadamente, podiam-se encontrar negros já instalados, que já haviam construído uma cultura própria, na qual se expressavam com alto grau de criatividade e, nas próprias palavras da autora, “uma cultura feita de retalhos” (RIBEIRO, 1995, p. 222).

Na visão de Lucchesi (2000), a chegada de imigrantes de origem europeia para suprir a falta de trabalho escravo nas fazendas, logo após a abolição, certamente ampliou e diversificou o quadro populacional do Brasil. Eles aprendiam o português principalmente dos ex-escravos, ainda nas localidades de trabalho, e provavelmente tinham acesso ao português dessa população. Embora esses imigrantes tivessem o objetivo inicial de trabalhar no campo, eles acabaram conquistando, posteriormente, a cidade, contribuindo também para a variação do português na população nem negra nem mestiça.

Ainda vale destacar que no Brasil, no século XX, a urbanização se faz crescente, provocada pela industrialização e pelo êxodo rural, consequência principalmente do latifúndio e de grandes áreas improdutivas. Como já foi destacado, esse processo leva as pessoas da zona rural a migrarem para a zona urbana, em busca de emprego e melhores condições de vida, situação que não parece estar tão distante da atual realidade do país. Salvador, assim como todas as outras capitais, recebe a diversidade cultural e dialetal formada nas diversas regiões do estado.

#### **1.4 CABO VERDE**



Com o nome oficial de República de Cabo Verde, este é um país insular africano, de origem vulcânica, constituído por 10 ilhas. Localizado no Oceano Atlântico, Cabo Verde está próxima do Senegal, Mauritânia, Gâmbia e da Guiné-Bissau, todos estes localizados na faixa costeira ocidental africana. Sua capital é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago, que, juntamente com Mindelo, na Ilha de São Vicente, são as duas cidades principais do país.

A língua oficial é o português, usado nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações. A língua nacional de Cabo Verde, a chamada “língua do povo”, é o crioulo cabo-verdiano. Nas dez ilhas do arquipélago, cada uma tem um crioulo diferente, porém esses crioulos parecem estar, oficialmente, em processo de normatização e discute-se a sua adoção como segunda língua oficial, ao lado do português. De acordo com os resultados finais dos Censos 2010, a população cabo-verdiana é de quase 500 mil pessoas, tendo as mulheres como maioria, representando 50,5% do total. Esse número total de habitantes cresceu 1,2% em relação ao ano de 2000. Em termos de residência, 62% da população reside no meio urbano, contra os 38% do meio rural. Mais de 30% da população tem idade compreendida entre os 0 e 19 anos e apenas 0,3% tem mais de 90 anos. Em relação à educação, a taxa de analfabetismo tem vindo a diminuir consideravelmente. Na altura da independência, em 1975, a taxa de analfabetos era de 63% e, atualmente, segundo dados do Censo 2010, a taxa baixou para 17%, centrando-se, principalmente, na população com mais de 50 anos.

Em sua maioria, os cabo-verdianos são descendentes de antigos escravos africanos e dos seus senhores portugueses, e apresentam, em sua história, um processo de formação de classes sociais. Neste momento, pode-se constatar a ausência de uma “burguesia” propriamente dita, mas a existência de vários tipos de “pequena burguesia”, numericamente significativos. No entanto, a grande maioria da população é constituída pelo campesinato e algum operariado.

Quanto às origens da população negra no país, Baptista (2002, p. 15-16) afirma que, entre as dezenas de grupos étnicos que podem ter contribuído para a formação da língua cabo-verdiana e do povo cabo-verdiano, os três mais representativos são os dos Mandings, Jalofos e Fulas Pretos. No início da colonização das ilhas, os escravos eram trazidos de toda Guiné, desde o rio Senegal à Serra Leoa. No entanto, com o encolhimento do império colonial português sob o impulso de outras potências ocidentais, como França, Holanda e Inglaterra, o reservatório Português de escravos na África Ocidental foi, por volta de meados do século 16, quase reduzido às fronteiras geográficas da atual Guiné-Bissau.

Entre a população negra do arquipélago de Cabo Verde, não houve apenas escravos, mas também negros livres, como os Banhuns, os Brames e os Cassangas, que acompanharam voluntariamente comerciantes, missionários e capitães do mar (ANDRADE, 1996). Um certo número deles poderia falar Português e alguns deles foram a Santiago para ser cristianizado. Entre estes, havia também homens negros e mulheres que falavam o português; eles eram ladinos e ladinhas (também chamados tangomas) que acompanharam os lançados nas ilhas de Cabo Verde. Os ladinos foram escravos convertidos que tinham aprendido os princípios básicos do português e os lançados foram agentes transmissores que serviram como intermediários entre os comerciantes de escravos e as pessoas do interior. Os

*lançados* eram portugueses que tinham sido marginalizados devido à sua descendência judaica ou porque eles eram criminosos em tempos passados. Eles se instalaram no arquipélago com mulheres e crianças africanas e tinham, como resultado, a oportunidade de aprender o crioulo e divulgá-lo no continente, na Guiné, por exemplo.

Kihm (1994, p.04) comenta que, para além dos lançados ou ladinos, os grumetes, traduzível como “shipboys” (africanos cristianizados que serviam como intermediários entre o Português e os africanos que viviam em Cacheu e Ziguinchor), também desempenharam um papel na transmissão da língua. Assim, este esboço mostra que os lançados, ladinos e grumetes desempenham um papel fundamental na transferência de crioulo de Cabo Verde à Guiné-Bissau.

Como mencionado anteriormente, os escravos negros foram capturados e trazidos de volta a Portugal na segunda metade do século XV. Vários escravos teriam vivido em Lisboa no início de do século XVI, onde se misturaram com a população branca. Este fato é corroborado na literatura portuguesa por dramaturgos como Gil Vicente, que imitava uma língua dos pretos (discurso de preto) em algumas de suas peças. Segundo Baptista (2002, p.18), uma análise cuidadosa deste discurso, embora caricaturado, revela características fonológicas e morfossintáticas características que se encontra em alguns crioulos de base portuguesa (BAPTISTA, 2002), incluindo CCV.

Baptista, no que diz respeito à natureza exata da língua falada pelos escravos negros em Portugal, levanta duas hipóteses: de acordo com a primeira, escravos falavam uma língua de reconhecimento ensinada aos negros pelos portugueses, de modo que eles pudessem se comunicar uns com os outros. Isso teria permitido que os escravos que falavam português fossem usados como interpretes durante as expedições no continente Africano. A segunda hipótese, simplesmente, argumenta que os escravos aprenderam o português como segunda língua. Kihm (1994) propõe que a viagem de ida e volta entre Portugal e África Ocidental criou a possibilidade de que um Pidgin português serviu de base para o Proto-Kriolu desenvolvido na Senegâmbia e Cabo Verde.

Devido a este uso comercial das ilhas, os escravos foram mais numerosos que os brancos e por mais tempo e, de acordo com Baptista (2002, p.20), é apenas no século XIX que a população branca aumentou em números, embora nunca tenham superado a população negra.

Em todos os momentos, as ilhas foram utilizadas mais como um ponto comercial estratégico do que como fonte de riqueza em recursos que tinham para oferecer. Elas foram utilizadas principalmente como um depositário escravo, um campo de testes para recursos agrícolas, e um trampolim para expedições de reconhecimento e exploração da costa ocidental da África.

Colocando estas observações sócio-históricas no contexto mais amplo de criação de língua, este esboço sugere claramente que os agentes que contribuíram para a formação de CCV não eram somente filhos nascidos na colônia, mas também adultos (lançados, grumetes etc.), como defendido no estudo de Baptista (2002, p.20-21).

O CCV apresenta um caso particularmente interessante para o debate em curso sobre criouliização, mudança linguística e aquisição da linguagem. Sobre esta questão, DeGraff (1999) representa a primeira tentativa para ligar estas três áreas

à teoria gerativa. DeGraff observa que o estudo da linguagem, da gramática e do desenvolvimento pode ter uma abordagem microscópica, centrando-se no conhecimento linguístico localizado na cabeça de um falante indivíduo, ou numa abordagem macroscópica, centrando-se nas manifestações comportamentais desses estados de conhecimento no ambiente de fala social do falante ou ecologia linguística. Do ponto de vista microscópico, a formação do CCV claramente envolve a aquisição de L1 (crianças) e de L2 (adultos como transmissão de agentes). A partir do ângulo macroscópico, o estudo da crioulização e mudança linguística precisa levar em conta a identidade dos primeiros escravos africanos e dos homens livres envolvidos na transmissão da língua.

Além disso, os dialetos específicos do português que contribuíram para a formação das variedades Sotavento e Barlavento ao longo de cem anos devem ser examinados. A formação do CCV envolve aquisição de L1 e aquisição de L2 (como já mencionado), um *pidgin* afro-português (que pode ter se originado a partir de Cabo Verde ou do continente) ou possivelmente uma língua franca, interagindo com vários substratos.

Baptista (2002) atenta, ainda, para as restrições impostas pela Gramática Universal, defendendo que estas precisam ser consideradas. A colonização gradual do arquipélago tendo ocorrido ao longo de um espaço de um século implica claramente que diferentes variedades diacrônicas e sincrônicas de substratos e do superstrato estavam envolvidas na formação do crioulo, o que torna o estudo da CCV ainda mais desafiador.

## 2. UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO NA CONSTITUIÇÃO DA GRAMÁTICA

Como se pode ver a seguir, as comunidades que tiveram suas sócio-histórias apresentadas acima parecem exibir uma hierarquização na marca de gênero, e é exatamente essa hierarquização que aqui se chama de contínuo. Assim, para se discutir um contínuo de variação entre as quatro comunidades selecionadas no presente trabalho, deve-se partir do conceito de Transmissão Linguística Irregular (ou TLI). Segundo Lucchesi (2000, p.99), a transmissão linguística irregular é um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma língua nova denominada *pidgin* ou *crioulo*, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova língua. E é exatamente esse grau de intensidade do processo de TLI e do contato entre línguas que vai nos permitir falar sobre um possível contínuo de variação de gênero nas comunidades que tiveram suas sócio-histórias evidenciadas nas seções anteriores.

Sobre o contato entre línguas, é possível afirmar que este é uma constante em toda a história da humanidade, contudo esse processo ganhou proporções até então desconhecidas com a expansão mercantilista e colonialista da Europa, no período que se estende do século XV ao século XIX, com a colonização europeia da

América, África e Ásia. Nesse cenário, o processo de escravidão de grandes contingentes de africanos foi particularmente importante para o aprofundamento desse contato entre línguas e para desencadear processos maciços de transmissão linguística irregular. Esses escravos foram retirados de seu universo cultural de origem, sendo transportados principalmente para as Américas.<sup>2</sup>

No plano sócio-histórico em que se formaram as línguas pidgins e crioulas, é possível destacar: as chamadas *plantations*, grandes empreendimentos coloniais agroexportadores que empregavam largamente a mão-de-obra escrava; os entrepostos e fortes coloniais da costa africana e do sul e sudeste asiático; e os agrupamentos de escravos foragidos na América e na África, conhecidos como *quilombos*. Estabelece-se, nesse contexto, a situação sociolinguística bastante favorável para a emergência de uma língua crioula: um grupo de falantes adultos de várias línguas mutuamente ininteligíveis são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada em situações de comunicação emergencial.

Em tal situação supracitada, Lucchesi (2000, p.100) aponta que estão em jogo os seguintes elementos:

- a) *A língua de superstrato*: língua do grupo dominante, geralmente, bastante minoritário, que em função do seu poder passa a ser adotada como veículo de comunicação verbal; sendo adotada pelos segmentos dominados, donde a sua designação como *língua alvo*. Por fornecer o grosso do vocabulário constituinte da língua pidgin ou crioula que irá se formar na situação de contato, é também chamada de *língua lexificadora*;
- b) *As línguas de substrato*: são as línguas dos segmentos dominados, geralmente majoritários em termos numéricos. Podem fornecer os modelos para a estruturação gramatical das línguas pidgins e crioulas.

Ainda segundo o autor, esse conjunto de fatores pode levar ao surgimento de uma língua totalmente nova, distinta de todas as línguas que estiveram presentes na situação de contato em que essa nova língua se formou; sendo essa nova língua, inclusive, ininteligível para os falantes monolíngues das demais línguas, como por exemplo, o crioulo francês do Haiti. As línguas pidgins e crioulas podem ser a língua da maioria da população em alguns países, como por exemplo: o crioulo supracitado e o crioulo caboverdiano, no Arquipélago de Cabo Verde, na África. Porém, as línguas crioulas são geralmente faladas por pequenos agrupamentos humanos que se mantiveram em situação de grande isolamento. Por exemplo, muitos dos crioulos que se formaram no sul da Ásia já desapareceram ou estão em vias de extinção e mesmo os crioulos que ainda se mantêm em uso estão sendo progressivamente influenciados por sua língua lexificadora, num processo conhecido como *descruiolização*, como se pode ver atualmente em Cabo Verde, onde o crioulo vai aos poucos incorporando elementos da morfologia do português que é a língua oficial do arquipélago.

Em contrapartida, pode-se ampliar esta perspectiva pensando que as situações de contato massivo entre o português, o espanhol e o inglês, de um lado, e as línguas africanas, de outro, pode ter desencadeado processos significativos de variação e mudança nas variedades dessas línguas transplantadas para o continente americano. Inclusive, algumas variedades rurais e/ou populares dessas



línguas têm recebido uma denominação de *semi-crioulos*, ou seja, variedades linguísticas que apresentam características crioulizantes, porém não chegam a constituir variedades linguísticas independentes de sua língua alvo.

Assim, de acordo com Lucchesi (2000, p.104), a TLI constitui um contínuo de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda, adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos. Partindo dessa ideia, pode-se inferir que a crioulização típica se situaria no extremo desse contínuo, numa situação em que o acesso a língua alvo foi extremamente reduzido, desencadeando um processo de reestruturação linguística independente, cujo resultado é a formação de uma nova língua qualitativamente distinta da(s) língua(s) que forneceu(ram) os modelos primários para a aquisição/nativização, como o já citado crioulo de Cabo Verde. Daí a importância de se pensar as situações de contato maciço entre línguas em termos mais amplos, através do conceito de *transmissão linguística irregular*.

Em se tratando dos aspectos linguísticos, quando uma grande população de adultos – em muitos casos falantes de línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis – é forçada a adquirir uma segunda língua (L2) emergencialmente em função de relações comerciais ou de escravidão, a variedade dessa língua alvo que se forma nessa situação inicial de contato apresenta uma forte redução/simplificação em sua estrutura gramatical, posto que só os elementos essenciais necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas são mantidos. De acordo com Lucchesi (2009, p.102), essa redução na estrutura gramatical da língua alvo é devida a:

- a) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- b) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da *faculdade da linguagem*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- c) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo simplesmente estabelecer a comunicação com o novo código; sem que os falantes das outras línguas tenham a preocupação de falar como os falantes nativos da língua alvo.

Dessa forma, ainda segundo o autor, por ser socialmente mais viável, essa variedade da língua alvo falada como segunda língua pelos indivíduos dos grupos dominados vai progressivamente assumindo novas funções na interação linguística, ao tempo em que vai se convertendo em modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Na medida em que o código inicial de comunicação emergencial, por suas limitações estruturais, é incapaz de atender às demandas decorrentes de sua expansão funcional, é necessário que haja também um acréscimo da estrutura gramatical desse código de emergência. Nesse caso, o autor comenta ainda que pode ocorrer um processo de transferência, no qual os falantes das outras línguas empregam certos itens lexicais da língua alvo de acordo com as estruturas abstratas da gramática de sua língua nativa – configurando o chamado processo de expansão do *pidgin*. O

processo de gramaticalização da nova língua que se forma na situação de contato pode se consolidar também no momento em que as crianças que nascem nessa situação tomam como sua língua materna essa nova língua, dando oportunidade ao processo de crioulização, através do qual a nova língua se torna a língua nativa da comunidade em que ocorreu o contato entre línguas.

De forma geral, essa seria a situação arquetípica dos processos consensualmente definidos como de pidginização e crioulização. Em situações desse tipo, formaram-se, por exemplo, o crioulo caboverdiano. Contudo, os processos históricos de contato entre línguas são bastante variáveis em termos de seus parâmetros sócio-demográficos e étno-linguísticos. Assim, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional e gramatical da nova variedade linguística, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática tendem a sofrer uma concorrência dos modelos da língua alvo, que é mais ou menos intensa e determinante conforme cada caso histórico particular. Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular para se chegar a uma noção de contínuo de ocorrência de uma determinada variação em variedades de línguas distintas. Partindo desse ponto de vista, é possível dar conta de determinados processos históricos, como os que se deram, por exemplo, durante a colonização do continente americano, em que línguas como o espanhol, o português e o inglês sofreram significativas alterações em seus padrões de uso ao serem assimiladas por contingentes de falantes de outras línguas (indígenas e africanas), sem que, entretanto, tais processos tenham resultado na formação de línguas pidgins e crioulas, diferentemente do que aconteceu no continente africano.

Se o acesso dos falantes das outras línguas e, principalmente, dos seus descendentes, aos modelos da língua alvo aumenta com a continuidade da situação social que originou o contato, e considerando-se que esses modelos tendem a gozar de um maior prestígio na estrutura da comunidade de fala, estabelecendo-se assim uma espécie de ideal normativo, é possível inferir que esses modelos tendem a superar os processos de transferências de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática durante a nativização. Dessa forma, o resultado desse processo pode não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo, mas uma nova variedade dessa língua alvo que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de TLI que se deu com a socialização/nativização da língua alvo entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes, como o que se pode encontrar na fala de comunidades afrodescendentes.

A partir dessa visão, é possível definir, segundo Lucchesi (2000, p.109), as principais características do processo de transmissão linguística irregular da seguinte maneira:

- a) perda, ou ampla variação no uso, de morfologia flexional e de palavras gramaticais de significado mais abstrato;
- b) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística; e

c) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, em movimentos aparentes na estruturação da sentença.

A diferença entre os casos de transmissão linguística irregular mais leves e os casos típicos de criouliização e pidginização estaria, em parte, situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de criouliização, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome como do verbo, e das regras de concordância a elas associadas. Esse é o caso, por exemplo, dos crioulos de base portuguesa da África. No crioulo de Cabo Verde, as regras de concordância nominal e verbal do português foram praticamente eliminadas. No caso específico da marcação de gênero, os processos de gramaticalização que ocorrem nas fases de reestruturação da nova variedade linguística emergente seriam bastante profundos, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como se pode ver em nos exemplos abaixo:

(11) **Kel libru grandi sta riba de menza.**

*O Livro grande está em cima da mesa*

(12) **Kel kosa ke bo dam.**

*A coisa que você me deu*

Ainda seguindo a ideia de intensidade do contato entre línguas, Lucchesi (2000, p.121) mesmo entre línguas reconhecidamente crioulas, Lucchesi afirma que é possível observar graus variados de reestruturação gramatical, com casos de reestruturação mais profunda, como o crioulo francês do Haiti, por exemplo, e casos de reestruturação menos profunda, como o crioulo cabo-verdiano, de base lexical portuguesa. Contudo, pode-se considerar este último, como destacado anteriormente, como no extremo do contínuo de marcação de gênero, uma vez que a reestruturação da nova variedade linguística emergente no arquipélago foi bastante profunda.

No caso do Brasil, pode-se pensar num processo de TLI que não teria resultado na formação de pidgins e/ou crioulos estáveis, levando-nos a pensar numa noção de variação, e não de eliminação. Quanto às etapas do processo de TLI mais leve, Lucchesi (2000, p.122-123) propôs um quadro para explicar a história das variedades populares do Brasil:

- a) Eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- b) Recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- c) Manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- d) Manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variação ternária com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero;
- e) Alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos.

No que tange ao gênero, o autor inclui o caso aqui tratado da variação de gênero na comunidade de fala de Helvécia no item (ii) do quadro mostrado acima. A justificativa se apresenta no fato de que, nessa comunidade, a morfologia de gênero teria sido reintroduzida na maioria das variedades populares do português do Brasil, mantendo-se a variação na concordância de gênero, num nível de frequência mais baixo, apenas naquelas comunidades que passaram por um processo de TLI mais profundo e/ou que se mantiveram numa situação de isolamento por mais tempo, sendo mais refratárias a influências dos modelos da língua alvo. (LUCCHESI, 2000, p.123). A frequência de variação pode ser evidenciada no quadro abaixo, retirado de Lucchesi (2000, p. 186):

**Tabela 1:** Frequência da aplicação da regra de concordância de gênero no SN como um todo, na comunidade de fala de Helvécia-Ba

Valor da Variável Dependente	Nº de ocorrências/Total	Frequência
Com aplicação plena da RCG	3844/4023	96%
Sem aplicação plena da RCG	179/4023	4%

Fonte: LUCCHESI,2000, p. 186

Apesar da existência de variação na fala dessa comunidade, como evidenciado nos exemplos (13) e (14) abaixo, a alta frequência da aplicação da regra de concordância de gênero aponta para um estágio final do processo de mudança no sentido de fixação da regra.

(13) E no **radia** falava, né?

(14) [...] opero **no perna** e tudo [...]

Como aponta Lucchesi (2000, p.125), nos crioulos portugueses da África foram eliminados todos os morfemas de número e pessoa do verbo, bem como mecanismos de concordância nominal, seja em relação à categoria de número, seja em relação a categoria gramatical de gênero, como evidenciado acima, por exemplo, com o crioulo de Cabo Verde. Já nos casos de uma TLI mais leve, como por exemplo o que aconteceu em Helvécia, não pode-se pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso, como evidenciado no quadro acima.

Ainda pensando no conceito de TLI do tipo leve, pode-se agora tratar da comunidade de Muquém-AL. Apesar de Muquém ter sofrido um processo de formação muito parecido com o de Helvécia-BA, o grau de ocorrência da variação é muito menor do que o de Helvécia, como se pode ver na tabela abaixo:

**Tabela 2:** Frequências da aplicação da regra de concordância de gênero no SN na comunidade de fala de Muquém-AL

Ocorrências com/sem aplicação da regra	Nº de ocorrências/Total	Frequência
--	-------------------------	------------

<b>Com aplicação plena da regra</b>	1079/1092	98,9%
<b>Sem aplicação plena da regra</b>	13/1092	1,1%



Dos 10 informantes selecionados a partir do banco de dados do PRELIN<sup>3</sup>, apenas 1,1% de ocorrências sem marcação plena de concordância pôde ser observado, enquanto 98,9% das ocorrências apresentavam a aplicação da regra plena.

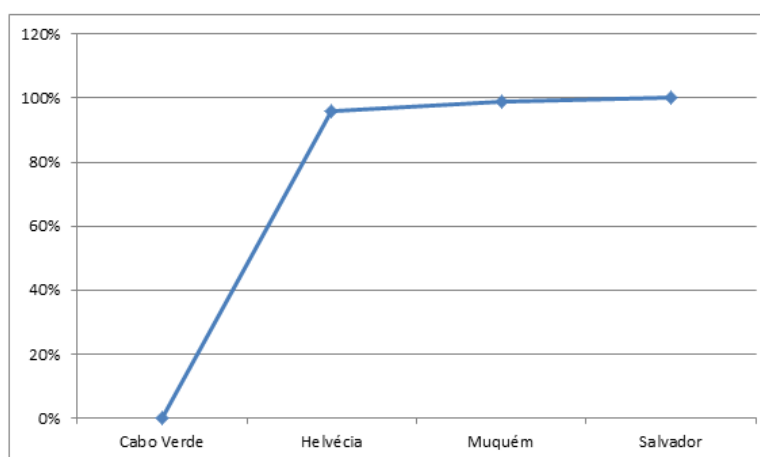
Assim, pode-se inferir os resultados obtidos pela análise de Lucchesi com a comunidade de Helvécia-BA e os que se apresenta acima sobre Muquém-AL são bastante contrastivos, o que nos leva a observar que o quadro de variação sistêmica e estruturada que se verifica ainda hoje em Helvécia parecer ser, de fato, resultado do contato direto e intenso do português com as línguas africanas que se deu na comunidade no período colonial, como evidenciado na sócio-história da comunidade na seção 3, fato que parece não ter acontecido na comunidade de Muquém, devido à variação aleatória encontrada nessa última. Tal disparidade na frequência de variação também pode ser explicada pelas próprias características das comunidades, seja de ordem geográfica, histórica e/ou social. Além de ter um nível de isolamento muito mais marcado que o de Muquém, Helvécia permaneceu muito mais tempo isolada e resistindo às ações do meio de comunicação que a outra comunidade em comparação. O número de moradores de Muquém é muito menor que o da comunidade baiana, sendo que destes muitos homens já saíram para trabalhar em outros estados, muitas mulheres vendem peças artesanais na feira, tendo contato constante com o externo a comunidade, sem contar nas crianças que vão estudar no município vizinho. Como se isto não bastasse, desde 1999, a comunidade conta com uma escola de educação infantil, tendo uma interferência direta da ação normativizadora. Com relação ao apontado nas tabelas acima, pode-se até afirmar que o que ocorre em Muquém não se trataria nem de um caso de variação de gênero, uma vez que tais ocorrências tão ínfimas se caracterizam mais como flutuação do que como variação, assim como Lucchesi (2000, p.291) afirmou ao comparar Helvécia com a comunidade de Mato Grosso, também localizada na Bahia. Apesar de ser considerada oficialmente uma comunidade quilombola que possivelmente se originou do próprio Quilombo dos Palmares em seu passado, Muquém parece estar sendo cada vez mais descaracterizada por todos os motivos elencados acima, mas principalmente por uma ação normativizadora e pelo acesso aos meios de comunicação.

Retomando, então, a noção de contínuo proposta no presente trabalho, pode-se assumir que em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal da língua lexificadora. Contudo, como já foi destacado, isso parece ocorrer em níveis distintos. Nas situações típicas de criouliização, como se viu no crioulo de Cabo Verde, essa perda tende a ser total; já nos casos de uma transmissão linguística irregular mais leve, não se pode pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso. Assim, mesmo esses casos de TLI do tipo leve

parecem acontecer de forma distinta, evidenciado na comparação entre as quantificações de ocorrências com/sem aplicação da regra de concordância encontradas de formas díspares nas comunidades de Helvécia e de Muquém. Na verdade, o que se pode encontrar na primeira e em menor grau na segunda é uma certa variação na concordância de gênero. Todavia, o que ambas têm em comum é que elas sofrem cada vez mais com a ação normativizadora da língua, numa tendência de padronização que se propende para a eliminação dessas marcas de outrora, provavelmente resquícios do processo de formação do português brasileiro, língua essa que estava em constante contato, sobretudo, como evidenciado por Lucchesi (2000, p.59), com as línguas africanas.

Como vimos na sócio-história da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil contou com um enorme contingente negro em sua formação, tendo estágios no tempo em que o número de negros chegou a superar o número de brancos formadores da população. Contudo, com o acelerado processo de urbanização da cidade, a difusão dos meios de comunicação e o acesso da maioria da população a escola parece ter influência direta para o apagamento de uma possível variação de gênero que possa ter ocorrido no período de formação do português brasileiros, quando os escravos aqui chegavam e tinham que aprender o português como L2, ou ainda outro código qualquer de emergência (um possível *pidgin*). Partindo desses pressupostos, na nossa proposta de contínuo, o português urbano falado atualmente no país aponta para o extremo oposto do que aconteceu no continente africano com o crioulo de Cabo Verde, como ilustrado no gráfico abaixo:

**Figura 2:** Frequência na marcação explícita da concordância de gênero presente nas comunidades de Cabo Verde, Helvécia-BA, Muquém-AL e o PB urbano falado hoje no país.



Dessa forma, teríamos em um extremo uma língua em que a marcação de gênero não é explícita; no meio, em níveis distintos, variedades rurais encontradas nas comunidades afrodescendentes, com Helvécia apresentando maior resistência na preservação de resquícios do massivo contato entre línguas que o português sofreu em sua formação, e Muquém já mais próxima do atual português falado no país, apresentando uma frequência ínfima de ocorrências de variação. Na outra extremidade, já com uma eliminação praticamente total dessa variação, o português urbano falado atualmente no Brasil, uma língua completamente

influenciada pela difusão dos meios de comunicação de massa e da ação padronizadora e normativizadora da escola.

### 3. CONCLUSÃO

Propusemos desenvolver um estudo analítico-descritivo de uma possível hierarquia de variação de gênero do crioulo falado em Cabo Verde ao português brasileiro urbano de Salvador, fazendo ainda uma comparação entre a comunidade afrodescendente Muquém, situada em Alagoas, mais especificamente, em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil, e a comunidade afrodescendente Helvécia, localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, a fim de verificar semelhanças e diferenças na marcação do gênero nessas comunidades.

Conforme estudos anteriores sobre concordância de gênero em comunidades afrodescendentes, a variação na marcação dessa concordância não é algo comum entre as variedades do português, chegando a ser registrado em um nível significativo de variação apenas em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história, parecendo se caracterizar como uma marca da herança crioula do português brasileiro. Dessa forma, apresentam-se o levantamento e caracterização da sócio-história das comunidades supracitadas, tornando possível dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, além se perceber quais as suas consequências, no que tange à marcação de gênero, para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo. Foi possível também, com a realização desse levantamento, propor um contínuo de variação de concordância entre as comunidades supracitadas, estabelecendo semelhanças e diferenças entre a constituição sócio-histórica brasileira como a que ocorreu, no continente africano, com Cabo Verde.

## Notas

1 Município alagoano localizado ao sul do estado, às margens do Rio São Francisco.

2 Segundo Lucchesi (2000, p.59), estima-se que cerca de dez milhões de indivíduos teriam sido escravizados na África e levados para o continente americano durante o período do tráfico negroiro.

3 O PRELIN – Programa de Estudos Linguísticos, organizado pela Professora Doutora Maria Denilda Moura, da Universidade Federal de Alagoas.

---

## Referências

---

- ALTAVILA, J. de. **História da civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.
- ANDRADE, E. **Les Îles du Cap-Vert: De la "Découverte" à l'Indépendance Nationale (1460–1975)**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BAPTISTA, M. **The Syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties**. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: Zimmermann, K. (Org.) **Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa**. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 119-141.
- BICKERTON, D. **Creole Languages and the Bioprogram**. In: NEWMAYER, F. (Org.). **Linguistics: The Cambridge survey**. V. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BISMARCK LOPES, I. C. **A concordância nominal de número no falar dos moradores da comunidade Muquém – AL: uma abordagem sociolinguística**. Maceió, 2011. 36f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras – Português) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas.
- CUNHA, A. S. de A. Presença e contribuição das línguas negro-africanas na constituição do português do Brasil: a alegada origem crioula e a variedade popular da língua falada nas terras de preto. **Anais da Abanne**, São Luís, Maranhão, 2003.
- DEGRAFF, M. (ed.) **Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development**. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. et al. (Org.) **Diversidade do português do Brasil**. Salvador: EDUFBA, p. 21-32, 1984.
- FREITAS, D. **República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII**. Maceió, EDUFAL, 2004.
- FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Org.). **Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- HOLM, J. **Pidgins and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- HUDSON, R.A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- KIHM, A. *Kriyol Syntax: The Portuguese-based Creole Language of Guinea-Bissau*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- LOBO, T. Imigrantes portugueses na Bahia no século XIX: manutenção ou reestruturação de gramática? **GELNE**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- LOPES, N. S. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MATTOSO, K. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPQ, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PESSOA DE CASTRO, Y. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salvador (Org.). **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Org.). **Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das letras, 1995.



SALGADO, S.S. **A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala da comunidade quilombola de Muquém AL: estudo sócio-histórico lingüístico.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SANTOS, D. N. **O uso da variante /e/ no final das palavras monossilábicas Deus e mais por falantes da comunidade Muquém.** 36f. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

VIANA FILHO, L. **O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZIMMERMANN, K. O português não-padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós-crioula. In: Zimmermann, K. (org.) *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa.* Frankfurt am Main: Vervuert: 441-476, 1999.

---

### Para citar este artigo

---

CARVALHO, Dannel; LOPES, Ícaro Bismarck. Uma proposta de contínuo paramétrico no português: Fatos sócio-históricos. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 4, n. 2, p. 21-45, jul.-dez. 2015.

---

### Os autores

---

**Dannel Carvalho** é Professor de Linguística e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia

**Ícaro Bismarck Lopes** é Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia